
EDITORIAL

Os casos recentes de conflito étnico em Portugal, sobretudo as demolições das barracas «clandestinas» dos ciganos em Vila Nova de Gaia e em Vila Verde, dão um relevo importante às análises da comunidade cigana incluídas neste nº 6 da revista *Educação, Sociedade & Culturas*. O artigo de Mariano Fernandez Enguita, após uma abordagem da problemática da escolarização dos ciganos em Espanha, apela para um *diálogo de decisão*, diálogo esse que possa simultaneamente acabar com a exclusão/marginalização da voz da comunidade cigana e promover, dentro da Escola para Todos, uma atitude profissional pela parte dos docentes que, numa perspectiva multicultural, diversifica tanto o diagnóstico como o tratamento da diferença. Deste modo reclama para os professores uma competência exclusiva: a capacidade de desenvolver o conhecimento abstracto para o relacionar com um caso concreto. Proclama Mariano Enguita: «É hora de deixar de decidir pelos ciganos e decidir com eles. Não digo que decidam eles, mas decidir com eles».

Por outro lado, a recensão que publicamos neste número de Fernanda Rodrigues, do livro *O Povo Cigano: Cidadãos na Sombra* (orgs. Luiza Cortesão e Fátima Pinto), realça o que nós, das outras etnias (sobretudo a «luso-branca»), temos a ganhar com o estabelecimento do diálogo: «(...) concludo para mim, e divido convosco (a) convicção de que a atenção pelo estudo e intervenção com as etnias ciganas, como com outros grupos «diferentes», se revela particularmente *desocultadora* do modo de ser e viver na sociedade global, sobre a qual estes grupos se proporcionam com um potencial *interpelador* e mesmo *alternativo*».

Pode defender-se que todos os artigos científicos deste número se relacionam com um olhar para a diferença. No seu conjunto, os artigos constituem

dispositivos de concretização do *diálogo de decisão política* falado por Mariano Enguita: o artigo de Teresa Vasconcelos através de uma abordagem de uma *metodologia e uma postura investigativa* (etnográfica) eventualmente transformadoras; o artigo de Jorge Ávila de Lima recorrendo a uma reflexão sobre o papel dos professores (como *agentes construtores* do diálogo); o artigo de Manuel Matos através de uma análise dos *tempos* e dos *espaços* disponíveis (ou não) na escola onde o diálogo pode realizar-se; e os artigos de Fátima Antunes e Geoff Whitty via análises das *políticas* e do *processo político* no campo da educação, o primeiro através de uma leitura crítica de um documento de política europeia e o segundo através de um estudo da questão da autonomia escolar e a escolha dos pais na Reforma Educativa britânica.

Na secção «Diálogos sobre o Vivido», dedicada à relação escola-família, encontramos uma abordagem de algumas das *condições necessárias* para a realização do diálogo. Esta secção, organizada por Pedro Silva, Ricardo Vieira e Cristina Rocha, apresenta registos de diálogos entre professores, entre professores e pais e entre professores e membros de Associações de Pais. Os registos foram recolhidos via observação participante em quatro escolas públicas do concelho de Leiria. Os comentários sobre o material «vivo» resultante, não só contribuem à desocultação do que Cristina Rocha chama um «novo fenómeno social, o da participação organizada dos pais na vida escolar», como apresentam pistas para uma intervenção pedagógica baseada na confrontação entre culturas e estratégias diferentes perante o saber. Assim, este número da revista fecha o círculo, reencontrando-se com o que Mariano Enguita denomina a competência exclusiva dos professores: a sua capacidade de desenvolver o conhecimento abstracto para o relacionar com um caso concreto.

Steve Stoer